



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ

SEC. MUL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Av Fundador Saraiva Leão, 192, Centro – CEP: 58.893-000 – CNPJ / MF nº 01.612.692/0001-91

Site: www.saojosedobrejodocruz.pb.gov.br

E-mail: licitacao@saojosedobrejodocruz.pb.gov.br

FL: _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2024

FUNDAMENTAÇÃO:

Lei nº 14.133/2021

CONTRATANTE

Município de São José do Brejo do Cruz/ PB

OBJETO

Contratação de empresa especializada em serviços de telecomunicações de acesso à internet banda larga

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 58.722,00 (cinquenta e oito mil setecentos e vinte e dois reais)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço

INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA DE VALORES OU PERCENTUAIS ENTRE OS LANCES:

R\$ 0,10 (dez centavos de real)

ADJUDICAÇÃO:

Por Lote

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ
SEC. MUL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Av Fundador Saraiva Leão, 192, Centro – CEP: 58.893-000 – CNPJ / MF nº 01.612.692/0001-91

Site: www.saojosedobrejodocruz.pb.gov.br

E-mail: licitacao@saojosedobrejodocruz.pb.gov.br

FL: _____

Sumário

DO OBJETO	3
DO REGISTRO DE PREÇOS	3
DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	4
DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	7
DA FASE DE JULGAMENTO	9
DA FASE DE HABILITAÇÃO	11
DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – não aplicável.....	12
DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	12
DOS RECURSOS	12
DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	13
DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	15
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	15



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ
SEC. MUL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Av Fundador Saraiva Leão, 192, Centro – CEP: 58.893-000 – CNPJ / MF nº 01.612.692/0001-91

Site: www.saojosedobrejodocruz.pb.gov.br

E-mail: licitacao@saojosedobrejodocruz.pb.gov.br

FL: _____

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº/2024

(Processo Administrativo nº 037/2024)

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ/ PB**, inscrito no CNPJ/ MF nº 01.612.692/0001-91, com sede na Av Fundador Saraiva Leão, 192, Centro, CEP: 58.893-000, por meio da **PREGOEIRA**, designada pela **Portaria nº 007/2024**, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do **Decreto Municipal nº 772, de 2023**¹, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa especializada em serviços de telecomunicações de acesso à internet banda larga**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será para **único LOTE**, conforme tabela constante do Termo de Referência.

DO REGISTRO DE PREÇOS

1.3. **NÃO** haverá registro de preços.

DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

1.4. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no **Credenciamento regular no Sistema de Portal de Compras Públicas** (www.portaldecompraspublicas.com.br).

1.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

1.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

1.7. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

1.8. **Não poderão disputar esta licitação:**

1.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

1.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

1.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

1.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

1.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato,

¹ Dispõe sobre a licitação pelo **critério de julgamento por menor preço** ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito do **Município de São José do Brejo do Cruz/ PB**



ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

1.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

1.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

1.8.8. agente público do **Município de São José do Brejo do Cruz/ PB**;

1.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

1.8.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do **Município de São José do Brejo do Cruz/ PB**, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

1.9. O impedimento de que trata o **item 1.8.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

1.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **1.8.2 e 1.8.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

1.11. **Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.**

1.12. O disposto nos itens **1.8.2 e 1.8.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

1.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.14. A vedação de que trata o **item 1.8.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1.15. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

1.16. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

1.17. No cadastramento da proposta inicial, o licitante **declarará**, em campo próprio do sistema, que:

1.17.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento



dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

1.17.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

1.17.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

1.17.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

1.18. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.19. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.19.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

1.19.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

1.20. A falsidade da declaração de que trata os **itens 1.17.4 OU 1.17.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

1.21. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

1.22. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

1.23. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

1.24. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

1.24.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

1.24.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

1.24.3. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

1.24.4. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e



1.25. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 1.24.3** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

1.26. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo **Município de São José do Brejo do Cruz/ PB** ou de sua desconexão.

1.27. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

1.28. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

1.28.1. valor unitário e total do item;

1.29. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

1.29.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantidade inferior a prevista na contratação.

1.30. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

1.31. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

1.32. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

1.33. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

1.34. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

1.35. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

1.35.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

1.35.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas;

1.35.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

1.36. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União/ Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX c/c 75, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao



pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

1.37. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

1.38. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

1.39. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

1.40. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

1.41. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

1.42. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

1.43. **O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.**

1.44. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,10** (dez centavos de real).

1.45. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

1.46. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **“aberto”**.

1.47. Para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

1.47.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

1.47.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

1.47.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

1.47.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

1.47.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

1.48. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

1.49. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

1.50. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

1.51. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



1.52. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

1.53. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

1.54. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

1.54.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

1.54.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

1.54.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

1.54.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

1.55. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

1.55.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

1.55.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

1.55.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

1.55.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

1.55.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

1.55.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

1.55.2.1. empresas estabelecidas no território do **Município de São José do Brejo do Cruz/ PB**;

1.55.2.2. empresas estabelecidas no território do **Estado da Paraíba**;

1.55.2.3. empresas brasileiras;

1.55.2.4. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



1.55.2.5. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

1.56. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

1.56.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

1.56.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

1.56.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

1.56.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

1.56.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

1.57. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

DA FASE DE JULGAMENTO

1.58. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 1.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

1.58.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

1.58.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

1.59. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

1.60. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

1.61. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no **Decreto Municipal Nº 772, de 2023**, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito do **Município de São José do Brejo do Cruz/ PB**.

1.62. Será desclassificada a proposta vencedora que:

1.62.1. conter vícios insanáveis;

1.62.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;



- 1.62.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 1.62.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 1.62.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 1.63. **No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.**
- 1.63.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 1.63.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 1.63.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 1.64. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 1.65. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 1.66. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 1.66.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 1.66.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 1.67. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 1.68. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 1.69. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 1.70. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 1.71. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 1.72. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 1.73. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.74. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 1.75. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 1.76. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.
- 1.77. **Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).**
- 1.78. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 1.79. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 1.80. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 1.80.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de duas (02) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 1.80.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 1.80.3. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 1.80.4. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 1.81. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):
- 1.81.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame quando o documento apresentado for inconclusivo quanto ao atendimento de requisitos do edital.; e
- 1.81.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;



1.82. Na análise dos documentos de habilitação, a **PREGOEIRA** poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

1.83. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 1.80.1.

1.84. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

1.85. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

1.86. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – não aplicável

1.87. (...).

1.88. (...).

1.89. (...).

1.90. (...).

1.91. (...).

1.92. (...).

1.93. (...).

DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA - não aplicável

1.94 (...)

1.95 (...).

1.96 (...).

1.97 (...).

DOS RECURSOS

1.98 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.99 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

1.100 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

1.100.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

1.100.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

1.100.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

1.100.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

1.101 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



1.102 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

1.103 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

1.104 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

1.105 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

1.106 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

1.107 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: **www.portaldecompraspublicas.com.br**.

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

1.108 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

1.108.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

1.108.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

1.108.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

1.108.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

1.108.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

1.108.2.4 deixar de apresentar amostra;

1.108.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

1.108.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

1.108.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

1.108.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

1.108.5 fraudar a licitação

1.108.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1.108.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

1.108.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

1.108.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

1.108.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

1.108.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

1.109 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

1.109.1 advertência;

1.109.2 multa;

1.109.3 impedimento de licitar e contratar e



- 1.109.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 1.110 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 1.110.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 1.110.2 as peculiaridades do caso concreto
 - 1.110.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 1.110.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 1.110.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 1.111 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **dez (10) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 1.111.1 Para as infrações previstas nos **itens 1.108.3.1, 1.108.3.2 e 1.108.3.3**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 1.111.2 Para as infrações previstas nos **itens 1.108.3.4, 1.108.3.5, 1.108.3.6, 1.108.3.7 e 1.108.3.8**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 1.112 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 1.113 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 1.114 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos **itens 1.108.3.1, 1.108.3.2 e 1.108.3.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 1.115 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos **itens 1.108.3.4, 1.108.3.5, 1.108.3.6, 1.108.3.7 e 1.108.3.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **itens 1.108.3.1, 1.108.3.2 e 1.108.3.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 1.116 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **1.108.3.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 1.117 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 1.118 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior,



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ
SEC. MUL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Av Fundador Saraiva Leão, 192, Centro – CEP: 58.893-000 – CNPJ / MF nº 01.612.692/0001-91

Site: www.saojosedobrejodocruz.pb.gov.br

E-mail: licitacao@saojosedobrejodocruz.pb.gov.br

FL: _____

que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

1.119 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

1.120 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

1.121 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

1.122 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

1.123 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

1.124 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo site: www.portaldecompraspublicas.com.br, em campo próprio.

1.125 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

1.125.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

1.126 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.127 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

1.128 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

1.129 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

1.130 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

1.131 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

1.132 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

1.133 **Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.** Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

1.134 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



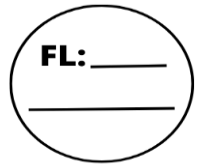
ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ
SEC. MUL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Av Fundador Saraiva Leão, 192, Centro – CEP: 58.893-000 – CNPJ / MF nº 01.612.692/0001-91

Site: www.saojosedobrejodocruz.pb.gov.br

E-mail: licitacao@saojosedobrejodocruz.pb.gov.br



1.135 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

1.136 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), endereço eletrônico: www.saojosedobrejodocruz.pb.gov.br e na plataforma de apuração: www.portaldecompraspublicas.com.br.

1.137 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

1.137.1 ANEXO I - Termo de Referência

1.137.1.1 Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

1.137.2 ANEXO II – Minuta do Termo de Contrato.

São José do Brejo do Cruz/ PB, 12 de abril de 2024.

FRANCISCA JULIANNY SANTOS ESTEVÃO

Portaria nº 009/2024



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ

SEC MUL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Av Fundador Saraiva Leão, 192, Centro – CEP: 58.893-000 – CNPJ / MF nº 01.612.692/0001-91

Site: www.saojosedobrejodocruz.pb.gov.br

E-mail: pmsaojosebc@bol.com.br

FL: _____

ANEXO I AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste documento a **Contratação de empresa especializada em serviços de telecomunicações de acesso à internet banda larga para a implementação, operação e manutenção de um link de acesso, síncrono, dedicado à internet, para atender as necessidades da Prefeitura, Secretarias e órgãos Municipais de São José do Brejo do Cruz/PB**, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e outras secretarias, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	(MBPS)	UNID	QUANT
1	serviço de conexão à internet destinado a contabilidade	200 Mbps – Full	Mês	12
2	serviço de conexão à internet destinado a creche municipal	100 Mbps – Full	Mês	12
3	serviço de conexão à internet destinado a E.M.P.F.S.L	100 Mbps – Full	Mês	12
4	serviço de conexão à internet destinado a Sec. Obras e Infraestrutura	100 Mbps – Full	Mês	12
5	serviço de conexão à internet destinado a Sec. Administração e Planejamento	200 Mbps – Full	Mês	12
6	serviço de conexão à internet destinado a Sec. Agricultura e Meio Ambiente	100 Mbps – Full	Mês	12
7	serviço de conexão à internet destinado a Sec. Assistência Social	100 Mbps – Full	Mês	12
8	serviço de conexão à internet destinado a Sec. de Cultura, Esporte e Turismo.	100 Mbps – Full	Mês	12
9	serviço de conexão à internet destinado a Sec. Educação, com radio exclusivo.	100 Mbps – Full	Mês	12
10	serviço de conexão à internet destinado a Sec. Finanças, com radio exclusivo.	200 Mbps – Full	Mês	12
11	serviço de conexão à internet destinado a Sec. Saúde (centro de Saúde Dr. Juarez Saraiva Maia), com radio exclusivo.	100 Mbps – Full	Mês	12



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ

SEC MUL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Av Fundador Saraiva Leão, 192, Centro – CEP: 58.893-000 – CNPJ / MF nº 01.612.692/0001-91

Site: www.saojosedobrejodocruz.pb.gov.br

E-mail: pmsaojosebc@bol.com.br

FL: _____

12	serviço de conexão à internet destinado a Vigilância Sanitária.	100 Mbps – Full	Mês	12
13	serviço de conexão à internet destinado ao Cadastro Único, radio exclusivo.	100 Mbps – Full	Mês	12
14	serviço de conexão à internet destinado ao Conselho Tutelar	100 Mbps – Full	Mês	12
15	serviço de conexão à internet destinado ao CRAS	100 Mbps – Full	Mês	12
16	serviço de conexão à internet destinado ao Gabinete da Prefeitura	100 Mbps – Full	Mês	12
17	serviço de conexão à internet destinado ao SCFV	100 Mbps – Full	Mês	12
18	serviço de conexão à internet destinado ao Setor de Licitação	200 Mbps – Full	Mês	12
19	serviço de conexão à internet destinado ao Teatro Municipal	100 Mbps – Full	Mês	12
20	serviço de conexão à internet destinado à Unidade Básica de Saúde Dr. Sebastião Alves Saraiva	100 Mbps – Full	Mês	12
21	serviço de conexão à internet destinado ao SIC	100 Mbps – Full	Mês	12
22	serviço de conexão à internet destinado ao Servidor da Administração	200 Mbps – Full	Mês	12
23	serviço de conexão à internet destinado a Prefeitura Municipal (aberto ao público),	100 Mbps – Full	Mês	12
24	serviço de conexão à internet destinado a Delegacia de Polícia Militar	100 Mbps – Full	Mês	12
25	serviço de conexão à internet destinado ao posto avançado do tribunal de justiça – PATJ	200 Mbps – Full	Mês	12
27	serviço de conexão à internet destinado a Quadra Poliesportiva (o maritão).	200 Mbps – Full	Mês	12



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ

SEC MUL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Av Fundador Saraiva Leão, 192, Centro – CEP: 58.893-000 – CNPJ / MF nº 01.612.692/0001-91

Site: www.saojosedobrejodocruz.pb.gov.br

E-mail: pmsaojosebc@bol.com.br

FL: _____

28	serviço de conexão à internet destinado ao Palco da Praça de Eventos.	200 Mbps – Full	Mês	12
29	serviço de conexão à internet destinado a E.M.E.F P. Manoel Januário Araújo	200 Mbps – Full	Mês	12

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, de acordo com o **Decreto Municipal nº 768 de 28 de dezembro de 2023**.

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados **como serviço de TIC**, conforme Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

1.4. **A duração inicial do contrato é de 12 (doze) meses, admitindo-se a prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, por serem serviços de execução contínua para suprir a necessidade diuturna da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, diante da sucessiva execução de serviços iguais e similares a estes, nos anos 2017 a 2024.**

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Atualmente, a Prefeitura Municipal de São José do Brejo do Cruz/PB possui uma conexão de internet estabelecida, no entanto, torna-se imperativo aprimorar e expandir essa infraestrutura de comunicação para atender às demandas crescentes de conectividade em todas as secretarias e setores administrativos do município.

2.2. A referida contratação está **totalmente prevista** no planejamento da Administração Municipal por meio do Plano Anual de Contratação – PCA 2024.

2.3. No entanto, foi elaborado novo levantamento de estimativas de preços conforme estabelecido no Art. 6º, VI do Decreto Municipal nº 773/2023.

2.4. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudo Técnico Preliminar.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Deverá ser instaurado **Procedimento Licitatório** na modalidade **Pregão** em sua forma **Eletrônica**, objetivando a efetivação da contratação em tela, haja vista que esta modalidade trará maior transparência para o processo de aquisição, além disso, permitirá que se tenha maior competitividade entre as empresas especializadas na execução deste tipo de serviço, permitindo que a administração municipal tenha acesso a propostas mais vantajosas e a uma internet de qualidade. Ademais, esta modalidade permitirá que a administração municipal obtenha a possibilidade de impor maior rigidez contratual com a eventual vencedora do processo.

3.2. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudo Técnico Preliminar.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Ao firmar contrato para o fornecimento de internet para as Secretarias Municipais deste poder público, a contratada assume uma série de obrigações fundamentais, conforme as especificações técnicas estabelecidas no Edital e no Termo de Referência. Essas obrigações incluem, mas não se limitam a:

4.1.1. Fornecer serviços de internet de acordo com as especificações detalhadas no Edital e no termo de Referência, sem desvios ou omissões, assegurando a plena funcionalidade em todos os setores da Administração Municipal;



4.1.2. Realizar manutenções preventivas regularmente e corrigir prontamente quaisquer falhas ou interrupções nos serviços, garantindo a operacionalidade contínua da conexão;

4.1.3. Cumprimento inflexível de todos os prazos acordados, desde a instalação até as intervenções de manutenção, devem ser estritamente respeitados pela empresa contratada, sem tolerância para atrasos;

4.1.4. Garantir a máxima qualidade e segurança dos serviços executados, protegendo os dados dos usuários e adotando medidas proativas para prevenir e responder a ameaças cibernéticas;

4.1.5. Fornecer relatórios periódicos detalhando o desempenho dos serviços, incluindo métricas de disponibilidade, velocidade de conexão e quaisquer incidentes ocorridos, juntamente com as medidas com as medidas tomadas para resolvê-los;

4.1.6. Arcar com todas as despesas, direta ou indiretas, decorrentes de qualquer custo adicionais para a entrega do objeto;

4.1.7. Tomar todas as medidas de segurança cabíveis à execução do objeto, não arcando Administração Municipal com qualquer ônus em caso de acidente;

4.1.8. Responder pelos danos causados diretamente a Administração Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

4.1.9. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

4.1.10. A contratada deverá cumprir fielmente todos os prazos definidos no Termo de Referência e no Edital.

4.2. Assim como a contratada, a administração pública, possui uma série de obrigações a cumprir durante o processo de contratação e ao longo da execução do contrato. Estas obrigações incluem, mas não se limitam a:

4.2.1. Conduzir o processo licitatório de forma transparente, imparcial e conforme os princípios estabelecidos na legislação pertinente, garantindo igualdade de oportunidades a todos os licitantes;

4.2.2. Disponibilizar todas as informações pertinentes sobre o processo licitatório, incluindo o Edital, o Termo de Referência e quaisquer documentos complementares, de modo a garantir a compreensão completa dos requisitos e das condições estabelecidas;

4.2.3. Avaliar objetivamente as propostas apresentadas pelos licitantes, levando em consideração os critérios de seleção estabelecidos no edital, e tomar a decisão de contratação com base na melhor relação custo-benefício para a Administração;

4.2.4. Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, garantindo que a contratada cumpra todas as obrigações assumidas e atenda plenamente às especificações técnicas e aos padrões de qualidade estabelecidos;

4.2.5. Efetuar os direitos da contratada a garantir condições justas e equitativas durante a execução do contrato, assegurando que a empresa tenha condições adequadas para cumprir suas obrigações;

4.2.6. Resolver eventuais controvérsias ou litígios relacionados ao contrato de forma amigável e em conformidade com as disposições com as disposições legais aplicáveis, buscando sempre a conciliação entre as partes envolvidas.

4.3. A duração inicial do contrato é de 12 (doze) meses, admitindo-se a prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, por serem serviços de execução contínua diante da necessidade diuturna da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e da sucessiva



contratação de serviços iguais e similares a estes nos anos de 2017 a 2024, com vigência final de contrato até 02 de maio de 2024.

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.5. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.6. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.7. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso;

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. Os serviços deverão ser executados na forma integral conforme especificações e quantidades descritas neste Termo de Referência.



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ
SEC MUL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Av Fundador Saraiva Leão, 192, Centro – CEP: 58.893-000 – CNPJ / MF nº 01.612.692/0001-91

Site: www.saojosedobrejodocruz.pb.gov.br

E-mail: pmsaojosebc@bol.com.br

FL: _____

6.2. Todo deslocamento que se fizer necessário para prestação dos serviços solicitados, bem como todo e quaisquer custos inerentes a instalação, todos os custos (despesas com veículo, motorista, combustível, etc.) correrão por conta da contratada.

6.3. Inerente ao prazo de execução dos serviços, a contratada disporá de até 15 (quinze) dias para providenciar as instalações, serviços e materiais necessários para início da prestação do serviço de link de dados para acesso à internet.

6.4. A execução dos serviços será iniciada mediante assinatura do instrumento de contrato na forma que segue:

6.4.1. A CONTRATADA, no prazo máximo de vinte e 48 (quarenta e oito horas), enviará um preposto aos locais onde será executado os serviços para avaliação e levantamento das necessidades.

6.4.2. Após visita do preposto da CONTRATADA a CONTRATANTE deverá emitir Ordem de Execução autorizando a realização do serviço solicitado.

6.4.3. A CONTRATADA deverá informar a relação de funcionários destinados à execução dos serviços.

6.4.4. Os serviços deverão ser executados na quantidade solicitada, obedecendo aos prazos de execução estabelecidos para o objeto contratado.

6.4.5. O serviço somente será considerado EFETIVAMENTE REALIZADO após a aprovação do responsável pela fiscalização do Contrato.

6.5. A quantidade prevista e os serviços definidos no presente termo de referência são estimativas para um período de 12 (doze) meses, e a CONTRATANTE se reserva ao direito de adquirir, em cada item, quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou abster-se de adquirir algum item especificado.

Do local de realização dos serviços:

6.6. Os serviços deverão ser realizados nos seguintes endereços:

6.6.1. Av. Fundador Saraiva Leão, 192, Centro – CEP: 58.893-000 – **Sede da Prefeitura Municipal de São José do Brejo do Cruz**

6.6.2. Rua Maria Clara Saraiva Leão, 40, Centro – CEP: 58.893-000 – **Creche Municipal Maria Valentina Gonçalves Saraiva**

6.6.3. Av. Fundador Saraiva Leão, N° 134, Centro – CEP: 58.893-000 – **EMEF Plácido Francisco Saraiva Leão**

6.6.4. Rua Dirceu de Araújo Dantas, S/N, Izabel de Braúna – CEP: 58.893-000 – **Galpão**

6.6.5. Rua Pedro Araújo, N° 161, Centro – CEP: 58.893-000 – **Sec. Municipal de Agricultura e Meio Ambiente**

6.6.6. Rua Maria Clara Saraiva Leão, N° 117, Centro – CEP: 58.893-000 – **Biblioteca Municipal**

6.6.7. Rua Antônio Dorico de Oliveira, N° 89, Centro – CEP: 58.893-000 – **Sec. Municipal de Educação (Prédio Locado)**

6.6.8. Rua Cônego Sandoval, N° 167, Centro – CEP: 58.893-000 – **Centro de Saúde Dr. Juarez Saraiva Maia**

6.6.9. Rua Cônego Sandoval, S/N, Centro – CEP: 58.893-000 – **Cadastro Único (Bolsa Família) (Prédio Locado)**

6.6.10. Rua Antônio Dorico de Oliveira, N° 114, Centro – CEP: 58.893-000 – **Conselho Tutelar (Prédio Locado)**

6.6.11. Rua 19 de Março, N° 58, Centro – CEP: 58893-000 – **Centro de Referência da Assistência Social – CRAS (Prédio Locado)**



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ
SEC MUL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Av Fundador Saraiva Leão, 192, Centro – CEP: 58.893-000 – CNPJ / MF nº 01.612.692/0001-91

Site: www.saojosedobrejodocruz.pb.gov.br

E-mail: pmsaojosebc@bol.com.br

FL: _____

6.6.12. Rua Manoel Antônio Filho, Nº 115, Centro – CEP: 58.893-000 – **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**

6.6.13. Rua Maria Clara Saraiva Leão, Nº 172, Centro – CEP: 58.893-000 – **Teatro Municipal João Fernandes de Oliveira (João Dorico)**

6.6.14. Rua Cônego Sandoval, S/N, Centro – CEP: 58.893-000 – **Unidade Básica de Saúde Dr. Sebastião Alves Saraiva**

6.6.15. Rua Antônio Dorico de Oliveira, Nº 174, Centro – CEP: 58.893-000 – **Delegacia de Polícia Militar (Prédio Locado)**

6.6.16. Rua Francisca de Paula Saldanha, S/N, Centro – CEP: 58.893-000 – **Funcionamento do Posto Avançado do Tribunal de Justiça – PATJ (Prédio Locado)**

6.6.17. Rua João Dantas da Silva, S/N, - CEP: 58.893-000 – **Quadra Poliesportiva (O Maritão)**

6.6.18. Rua Firmo Martins de Oliveira, S/N, Centro – CEP: 58.893-000 – **Palco Praça de Eventos**

6.6.19. Sítio Olho D'Água, S/N, Zona Rural – **EMEF P. Manoel Januário Araújo**

Da garantia:

6.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o **Municipal de São José do Brejo do Cruz/PB** e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O **Municipal de São José do Brejo do Cruz/PB** poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (**Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput**).

Fiscalização Técnica

7.6. O acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa; (Decreto nº 769 de 2023, art. 18, inciso II);

7.7. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

7.7.1 Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências. (Decreto nº 769, de 2023, art. 20, I);

7.7.2 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 769, de 2023, art. 20, II);



- 7.7.3 Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção. (Decreto nº 769, de 2023, art. 20, III);
- 7.7.4 Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 769, de 2023, art. 20, IV);
- 7.7.5 Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecida. (Decreto nº 769, de 2023, art. 20, V);
- 7.7.6 Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação. (Decreto nº 769, de 2023, art. 20, VI).
- 7.7.7 Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual. (Decreto nº 769, de 2023, art. 20, VII);
- 7.7.8 Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial. (Decreto nº 769, de 2023, art. 20, VIII);
- 7.7.9 Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado. (Decreto nº 769, de 2023, art. 20, IX); e
- 7.7.10 Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Decreto nº 769, de 2023, art. 20, X).

Fiscalização Administrativa

7.8. O acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a regularidade fiscal e trabalhista, Verificações de ocorrências (Cumprimento das obrigações contratuais, Obediência aos prazos estabelecidos, Entrega dos documentos obrigatórios, elaboração e encaminhamento de relatório mensal das atividades, prestação dos serviços com a qualidade esperada, Informação ou comunicação de situações a que estava obrigado), notificação extrajudicial, suspensão do contrato, necessidade de rescisão, alterações contratuais, percentual em relação ao valor do contrato, necessidade de reajustes, revisões, repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento. (Art. 18, III, do Decreto nº 769, de 2023).

7.9. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- 7.9.1 Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas; (Decreto nº 769, de 2023, art. 21, I).
- 7.9.2 Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário; (Decreto nº 769, de 2023, art. 21, II).
- 7.9.3 Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias; (Decreto nº 769, de 2023, art. 21, III)



- 7.9.4 Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 769, de 2023, art. 21, IV)
- 7.9.5 Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial; (Decreto nº 769, de 2023, art. 21, V)
- 7.9.6 Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e (Decreto nº 769, de 2023, art. 21, VI)
- 7.9.7 Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Decreto nº 769, de 2023, art. 21, VII).

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do Recebimento

- 8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de dois (02) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de cinco (05) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação.
- 8.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de **R\$ 59.906,02** (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), conforme o art.6º §2º do **Decreto Municipal nº 771/2023**, que dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações,



prestação de serviços e realização de obras, no âmbito do **Município de São José do Brejo do Cruz/ PB**.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.10.1.** O prazo de validade;
- 8.10.2.** A data da emissão;
- 8.10.3.** Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.10.4.** O período respectivo de execução do contrato;
- 8.10.5.** O valor a pagar; e
- 8.10.6.** Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.14. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação.

8.19. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de **R\$ 59.906,02** (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), conforme o art.6º §2º do **Decreto Municipal nº 771/2023**, que dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito do **Município de São José do Brejo do Cruz/ PB**.



8.20. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

Forma de pagamento

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICO**, com adoção do critério de julgamento **MENOR PREÇO**, com adjudicação **POR LOTE**, sem **REGISTRO DE PREÇOS**, modo de disputa **ABERTO**.

Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.2.1. Habilitação jurídica:

a. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



d. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

e. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

g. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

9.2.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ**;
- b. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);
- d. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- e. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo a sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual e Municipal** da sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais e Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- h. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.2.3. Qualificação Econômico-Financeira

- a. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);



9.2.4. Qualificação Técnica

- a. Certidão (ões) ou atestado (s) fornecido (s) por pessoa (s) jurídica de direito público ou privado, devidamente autenticada, comprovando que a licitante realizou serviços similares ao objeto licitado.
 - I. A (s) certidão (ões)/ atestado (s) deverá (ão) ser apresentado (s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinado (s) por autoridade ou representante de quem o (s) expediu, com a devida identificação.
- b. Documento de outorga da ANATEL para exploração do serviço a ser contratado.

10. ESTIMATIVA DO PREÇO

10.1. Os valores de referência estão em anexo.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e outras.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

a. Gestão/Unidade:

04 – Administração;
20 – Agricultura;
12 – Educação;
15 – Urbanismo;
13 – Cultura;
10 – Saúde;
08 – Assistência Social;

b. Fonte de Recursos:

1.500.0000/001.001 1.500; 1.720.0000/001.720 1.720; 1.500.1001/220.101 1.500;
1.573.1001/001.573 1.573; 1.540.0000/262.540 1.540; 1.541.0000/262.541 1.541;
1.543.0000/262.543 1.543; 1.569.0000/200.569 1.569;
1.500.1001/210.101 1.500.1001; 1.542.0000/262.542 1.542;
1.500.1002/300.500 1.500.1002; 1.635.1002/001.635 1.635;
1.500.1002/340.211 1.500.1002; 1.600.0000/300.600 1.600;
1.600.3110/300.600 1.600.3110; 1.604.0000/300.604 1.604;
1.500.1002/300.500 1.500; 1.500.1002/300.211 1.500.1002;
1.500.0000/400.001 1.500; 1.660.0000/400.660 1.660; 1.661.0000/400.661 1.661;
1.665.3110/410.665 1.665.3110;

c. Programa de Trabalho:

0002; 0043; 0003; 0005; 0006; 0007; 0008; 0024; 0030; 0031; 0015; 0051; 0048;
0018; 0020;

d. Elemento de Despesa:

3.3.90.39.00OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA;

e. Plano Interno:

2003 – MANUT E EQUIPAMENTO DO GAB. DO PREFEITO;
2179 – MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO;
2005 – MANUT. DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO;
2007 – MANUT. SEC. MUNIC. DE PLAN. FINANÇAS;
2009 – MANUT. DA SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE;



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ

SEC MUL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Av Fundador Saraiva Leão, 192, Centro – CEP: 58.893-000 – CNPJ / MF nº 01.612.692/0001-91

Site: www.saojosedobrejodocruz.pb.gov.br

E-mail: pmsaojosebc@bol.com.br

FL: _____

2013 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;
2015 – MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 30;
2185 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL;
2023 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL;
2027 – MANUTENÇÃO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 30;
2138 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO DA EDUCAÇÃO INFANTIL;
2058 – MANUT. ATIVID. SEC.MUN.OBRAS E INFRA-ESTRUTURA;
2074 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESP;
2094 – MANUT. DA SEC.DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS;
2104 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;
2011 – MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE PARA;
2036 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE – UBS;
2040 – INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE A;
2109 – MANUTENÇÃO DO PACS - AGENTES COM. SAUDE;
2183 – MANUTENÇÃO DA SAUDE DA FAMILIA - PSF E EQUIPE E-UM;
2184 – MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAUDE;
2148 – VIGILANCIA SANITÁRIA;
2038 – PREV. E COMB.A DOENÇAS EPIDEMIOLÓGICAS;
2008 – MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE PARA ENFR;
2044 – MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL;
2047 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR;
2096 – MANUT. DO INDICE DE GESTAO DESCENTRALIZADA DO SUAS;
2020 – COFINANCIAMENTO ESTADUAL PARA PROTECAO SOCIAL BASI;
2033 – ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DO SISTEMA ÚNICO;
2081 – MANUTENÇÃO DO CRAS;
2117 – MANUTENÇÃO DO INDICE DE GESTAO DESCENTRALIZADA – P;
2143 – MANUT. DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO.

O presente Termo de Referência foi elaborado pelo servidor **Johnatan Veras Alves** - Coordenador de Apoio Administrativo.



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ**SEC MUL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

Av Fundador Saraiva Leão, 192, Centro – CEP: 58.893-000 – CNPJ / MF nº 01.612.692/0001-91

Site: www.saojosedobrejodocruz.pb.gov.brE-mail: pmsaojosebc@bol.com.br

FL: _____

VALORES DE REFERÊNCIA**LOTE ÚNICO**

Item	descrição	(Mbps)	Unid	Quant	V. Unit	V.Total
1	serviço de conexão à internet destinado a contabilidade	200 Mbps – Full	Mês	12	200,00	2.400,00
2	serviço de conexão à internet destinado a creche municipal	100 Mbps – Full	Mês	12	134,50	1.614,00
3	serviço de conexão à internet destinado a E.M.P.F.S.L	100 Mbps – Full	Mês	12	134,50	1.614,00
4	serviço de conexão à internet destinado a Sec. Obras e Infraestrutura	100 Mbps – Full	Mês	12	134,50	1.614,00
5	serviço de conexão à internet destinado a Sec. Administração e Planejamento	200 Mbps – Full	Mês	12	200,00	2.400,00
6	serviço de conexão à internet destinado a Sec. Agricultura e Meio Ambiente	100 Mbps – Full	Mês	12	134,50	1.614,00
7	serviço de conexão à internet destinado a Sec. Assistência Social	100 Mbps – Full	Mês	12	134,50	1.614,00
8	serviço de conexão à internet destinado a Sec. de Cultura, Esporte e Turismo.	100 Mbps – Full	Mês	12	134,50	1.614,00
9	serviço de conexão à internet destinado a Sec. Educação, com radio exclusivo.	100 Mbps – Full	Mês	12	134,50	1.614,00
10	serviço de conexão à internet destinado a Sec. Finanças, com radio exclusivo.	200 Mbps – Full	Mês	12	200,00	2.400,00
11	serviço de conexão à internet destinado a Sec. Saúde (centro de Saúde Dr. Juarez Saraiva Maia), com radio exclusivo.	100 Mbps – Full	Mês	12	134,50	1.614,00
12	serviço de conexão à internet destinado a Vigilância Sanitária.	100 Mbps – Full	Mês	12	134,50	1.614,00
13	serviço de conexão à internet destinado a ao Cadastro Único, radio exclusivo.	100 Mbps – Full	Mês	12	134,50	1.614,00



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ**SEC MUL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

Av Fundador Saraiva Leão, 192, Centro – CEP: 58.893-000 – CNPJ / MF nº 01.612.692/0001-91

Site: www.saojosedobrejodocruz.pb.gov.brE-mail: pmsaojosebc@bol.com.br

FL: _____

14	serviço de conexão à internet destinado ao Conselho Tutelar	100 Mbps – Full	Mês	12	134,50	1.614,00
15	serviço de conexão à internet destinado ao CRAS	100 Mbps – Full	Mês	12	134,50	1.614,00
16	serviço de conexão à internet destinado ao Gabinete da Prefeita	100 Mbps – Full	Mês	12	134,50	1.614,00
17	serviço de conexão à internet destinado ao SCFV	100 Mbps – Full	Mês	12	134,50	1.614,00
18	serviço de conexão à internet destinado ao Setor de Licitação	200 Mbps – Full	Mês	12	200,00	2.400,00
19	serviço de conexão à internet destinado ao Teatro Municipal	100 Mbps – Full	Mês	12	134,50	1.614,00
20	serviço de conexão à internet destinado à Unidade Básica de Saúde Dr. Sebastião Alves Saraiva	100 Mbps – Full	Mês	12	134,50	1.614,00
21	serviço de conexão à internet destinado ao SIC	100 Mbps – Full	Mês	12	134,50	1.614,00
22	serviço de conexão à internet destinado ao Servidor da Administração	200 Mbps – Full	Mês	12	200,00	2.400,00
23	serviço de conexão à internet destinado a Prefeitura Municipal (aberto ao público),	100 Mbps – Full	Mês	12	134,50	1.614,00
24	serviço de conexão à internet destinado a Delegacia de Polícia Militar	100 Mbps – Full	Mês	12	134,50	1.614,00
25	serviço de conexão à internet destinado ao posto avançado do tribunal de justiça – PATJ	200 Mbps – Full	Mês	12	200,00	2.400,00
26	serviço de conexão à internet destinado a Quadra Poliesportiva (o maritão).	200 Mbps – Full	Mês	12	200,00	2.400,00
27	serviço de conexão à internet destinado ao Palco da Praça de Eventos.	200 Mbps – Full	Mês	12	200,00	2.400,00
28	serviço de conexão à internet destinado a E.M.E.F P. Manoel Januário Araújo	200 Mbps – Full	Mês	12	200,00	2.400,00



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ

SEC MUL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Av Fundador Saraiva Leão, 192, Centro – CEP: 58.893-000 – CNPJ / MF nº 01.612.692/0001-91

Site: www.saojosedobrejodocruz.pb.gov.br

E-mail: pmsaojosebc@bol.com.br

FL: _____

29	Serviço de conexão à internet destinados ao monitoramento de segurança por câmeras em vias públicas – Av. Fundador Saraiva Leão	100 Mbps – Full	Mês	12	134,50	1.614,00
30	Serviço de conexão à internet destinados ao monitoramento de segurança por câmeras em vias públicas – Rua Felismina Dantas Sariva	100 Mbps – Full	Mês	12	134,50	1.614,00
31	Serviço de conexão à internet destinados ao monitoramento de segurança por câmeras em vias públicas – Rua Francisca Dantas Saraiva	100 Mbps – Full	Mês	12	134,50	1.614,00
32	Serviço de conexão à internet destinados ao monitoramento de segurança por câmeras em vias públicas – Rua Sabino Benício Saraiva Leão	100 Mbps – Full	Mês	12	134,50	1.614,00
Total						58.722,00

A Pesquisa de Mercado foi realizada pela servidora Flaviana Luisa Saraiva Martins - Pesquisadora Oficial.



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ

SEC MUL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Av Fundador Saraiva Leão, 192, Centro – CEP: 58.893-000 – CNPJ / MF nº 01.612.692/0001-91

Site: www.saojosedobrejodocruz.pb.gov.br

E-mail: pmsaojosebc@bol.com.br

FL: _____

APÊNDICE 1 - ANEXO I AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar visa estabelecer as bases para a **Contratação de empresa especializada em serviços de telecomunicações de acesso à internet banda larga** para todas as secretarias e setores da Prefeitura Municipal de São José do Brejo do Cruz/PN, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre o novo marco legal das licitações e contratos administrativos.

Considerando a relevância da conectividade para o funcionamento eficiente e transparente da gestão pública, torna-se imperativo assegurar um serviço de internet de qualidade que atenda às demandas crescentes de comunicação, transmissão de dados e acesso à informação em todas as esferas administrativas do município.

Neste contexto, a contratação de uma empresa especializada se faz necessária para garantir não apenas a disponibilidade e a estabilidade da conexão, mas também a segurança dos dados e a conformidade com as normas técnicas e regulatórias pertinentes. A empresa contratada deverá possuir expertise comprovada na prestação de serviços de internet em larga escala, bem como capacidade técnica e operacional para implementar soluções adequadas às especificidades e necessidades da Prefeitura Municipal de São José do Brejo do Cruz/PB.

Além disso, é essencial observar os princípios da eficiência, economia e transparência na condução do processo licitatório, conforme preconiza pela Lei 14.133/21. Dessa forma, a seleção da empresa contratada será pautada por critérios objetivos e transparentes, visando assegurar a obtenção da melhor relação custo-benefício para o município.

Por fim, ressalta-se a importância da estrita observância dos dispositivos legais e normativos vigentes, bem como o acompanhamento técnico e jurídico adequado ao longo de todas as etapas do processo licitatório, a fim de garantir a lisura, a legalidade e a efetividade da contratação.

Diante do exposto, o presente Estudo Técnico Preliminar constitui o primeiro passo a efetivação da contratação de uma empresa especializada no fornecimento de internet para a Prefeitura Municipal de São José do Brejo do Cruz/PB, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/21 e com objetivo primordial de promover a modernização e a eficiência da gestão pública municipal.

1. OBJETO

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem por objetivo dar viabilidade técnica e econômica para a **Contratação de empresa especializada em serviços de telecomunicações de acesso à internet banda larga para a implementação, operação e manutenção de um link de acesso, síncrono, dedicado à internet, para atender as necessidades da Prefeitura, Secretarias e órgãos Municipais de São José do Brejo do Cruz/PB.**

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. Atualmente, a Prefeitura Municipal de São José do Brejo do Cruz/PB possui uma conexão de internet estabelecida, no entanto, torna-se imperativo aprimorar e expandir essa infraestrutura de comunicação para atender às demandas crescentes de conectividade em todas as secretarias e setores administrativos do município.



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ

SEC MUL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Av Fundador Saraiva Leão, 192, Centro – CEP: 58.893-000 – CNPJ / MF nº 01.612.692/0001-91

Site: www.saojosedobrejodocruz.pb.gov.br

E-mail: pmsaojosebc@bol.com.br

FL: _____

2.2. A conexão de internet existente, embora funcional, apresenta limitações que comprometem a eficiência operacional e a prestação de serviços públicos de qualidade. Dentre os principais desafios enfrentados, destacam-se a baixa velocidade de conexão, a instabilidade de serviços e a inadequação da largura de banda para suportar o volume de dados e a quantidade de usuários simultâneos.

2.3. Diante desse cenário, faz-se necessário buscar uma solução que proporcione uma conexão de internet mais rápida, estável e robusta, capaz de atender às necessidades específicas de cada Secretaria Municipal e setores da administração municipal. Essa solução deve contemplar não apenas a ampliação da capacidade de transmissão de dados, mas também a implementação de medida de segurança cibernética e o suporte técnico especializado para garantir a disponibilidade e a integridade da rede.

2.4. Portanto, a contratação de uma empresa especializada no fornecimento de internet se justifica pela necessidade de superar as limitações da infraestrutura atual, promovendo a melhoria da comunicação interna, o acesso à informação e a prestação de serviços públicos de qualidade à população de São José do Brejo do Cruz/PB.

2.5. Esta aquisição também justifica, de acordo com o Documento de Formalização de Demanda emitido pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, onde foi demonstrado a necessidade da contratação destes serviços.

2.6. Portanto, com o objetivo de cumprir sua missão institucional e ao interesse público, a Prefeitura Municipal de São José do Brejo do Cruz/PB e seus setores valem-se dos instrumentos legais para aquisição de seus bens e serviços.

3. ÁREA REQUISITANTE

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	Adamilton Gomes da Costa

4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

4.1. A referida contratação está **totalmente prevista** no planejamento da Administração Municipal por meio do Plano Anual de Contratação – PCA 2024.

4.2. No entanto, foi elaborado novo levantamento de estimativas de preços conforme estabelecido no Art. 6º, VI do Decreto Municipal nº 773/2023.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Ao firmar contrato para o fornecimento de internet para as Secretarias Municipais deste poder público, a contratada assume uma série de obrigações fundamentais, conforme as especificações técnicas estabelecidas no Edital e no Termo de Referência. Essas obrigações incluem, mas não se limitam a:

5.1.1. Fornecer serviços de internet de acordo com as especificações detalhadas no Edital e no termo de Referência, sem desvios ou omissões, assegurando a plena funcionalidade em todos os setores da Administração Municipal;

5.1.2. Realizar manutenções preventivas regularmente e corrigir prontamente quaisquer falhas ou interrupções nos serviços, garantindo a operacionalidade contínua da conexão;

5.1.3. Cumprimento inflexível de todos os prazos acordados, desde a instalação até as intervenções de manutenção, devem ser estritamente respeitados pela empresa contratada, sem tolerância para atrasos;



- 5.1.4. Garantir a máxima qualidade e segurança dos serviços executados, protegendo os dados dos usuários e adotando medidas proativas para prevenir e responder a ameaças cibernéticas;
- 5.1.5. Fornecer relatórios periódicos detalhando o desempenho dos serviços, incluindo métricas de disponibilidade, velocidade de conexão e quaisquer incidentes ocorridos, juntamente com as medidas com as medidas tomadas para resolvê-los;
- 5.1.6. Arcar com todas as despesas, direta ou indiretas, decorrentes de qualquer custo adicionais para a entrega do objeto;
- 5.1.7. Tomar todas as medidas de segurança cabíveis à execução do objeto, não arcando Administração Municipal com qualquer ônus em caso de acidente;
- 5.1.8. Responder pelos danos causados diretamente a Administração Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;
- 5.1.9. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 5.1.10. A contratada deverá cumprir fielmente todos os prazos definidos no Termo de Referência e no Edital.
- 5.2. Assim como a contratada, a administração pública, possui uma série de obrigações a cumprir durante o processo de contratação e ao longo da execução do contrato. Estas obrigações incluem, mas não se limitam a:
- 5.2.1. Conduzir o processo licitatório de forma transparente, imparcial e conforme os princípios estabelecidos na legislação pertinente, garantindo igualdade de oportunidades a todos os licitantes;
- 5.2.2. Disponibilizar todas as informações pertinentes sobre o processo licitatório, incluindo o Edital, o Termo de Referência e quaisquer documentos complementares, de modo a garantir a compreensão completa dos requisitos e das condições estabelecidas;
- 5.2.3. Avaliar objetivamente as propostas apresentadas pelos licitantes, levando em consideração os critérios de seleção estabelecidos no edital, e tomar a decisão de contratação com base na melhor relação custo-benefício para a Administração;
- 5.2.4. Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, garantindo que a contratada cumpra todas as obrigações assumidas e atenda plenamente às especificações técnicas e aos padrões de qualidade estabelecidos;
- 5.2.5. Efetuar os direitos da contratada a garantir condições justas e equitativas durante a execução do contrato, assegurando que a empresa tenha condições adequadas para cumprir suas obrigações;
- 5.2.6. Resolver eventuais controvérsias ou litígios relacionados ao contrato de forma amigável e em conformidade com as disposições com as disposições legais aplicáveis, buscando sempre a conciliação entre as partes envolvidas.
- 5.3. A duração inicial do contrato é de 12 (doze) meses, admitindo-se a prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, por serem serviços de execução contínua diante da necessidade diuturna da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e da sucessiva contratação de serviços iguais e similares a estes nos anos de 2017 a 2024, com vigência final de contrato até 02 de maio de 2024.
- 5.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ

SEC MUL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Av Fundador Saraiva Leão, 192, Centro – CEP: 58.893-000 – CNPJ / MF nº 01.612.692/0001-91

Site: www.saojosedobrejodocruz.pb.gov.brE-mail: pmsaojosebc@bol.com.br

FL: _____

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

6.1. Considerando a necessidade premente de garantir uma conexão de internet eficiente a adequada para todos os setores da Prefeitura Municipal de São José do Brejo do Cruz/PB, realizamos um levantamento minucioso das demandas de velocidade de conexão de cada área. Essas estimativas estão detalhadas no quadro abaixo, refletindo as necessidades específicas de cada setor:

Setor demandante	Velocidade requerida (Mbps)
serviço de conexão à internet destinado a contabilidade	200 Mbps – Full
serviço de conexão à internet destinado a creche municipal	100 Mbps – Full
serviço de conexão à internet destinado a E.M.P.F.S.L	100 Mbps – Full
serviço de conexão à internet destinado a Sec. Obras e Infraestrutura	100 Mbps – Full
serviço de conexão à internet destinado a Sec. Administração e Planejamento	200 Mbps – Full
serviço de conexão à internet destinado a Sec. Agricultura e Meio Ambiente	100 Mbps – Full
serviço de conexão à internet destinado a Sec. Assistência Social	100 Mbps – Full
serviço de conexão à internet destinado a Sec. de Cultura, Esporte e Turismo.	100 Mbps – Full
serviço de conexão à internet destinado a Sec. Educação, com radio exclusivo.	100 Mbps – Full
serviço de conexão à internet destinado a Sec. Finanças, com radio exclusivo.	200 Mbps – Full
serviço de conexão à internet destinado a Sec. Saúde (centro de Saúde Dr. Juarez Saraiva Maia, com radio exclusivo.	100 Mbps – Full
serviço de conexão à internet destinado a Vigilância Sanitária.	100 Mbps – Full
serviço de conexão à internet destinado a ao Cadastro Único, radio exclusivo.	100 Mbps – Full
serviço de conexão à internet destinado ao Conselho Tutelar	100 Mbps – Full
serviço de conexão à internet destinado ao CRAS	100 Mbps – Full
serviço de conexão à internet destinado ao Gabinete da Prefeita	100 Mbps – Full
serviço de conexão à internet destinado ao SCFV	100 Mbps – Full
serviço de conexão à internet destinado ao Setor de Licitação	200 Mbps – Full
serviço de conexão à internet destinado ao Teatro Municipal	100 Mbps – Full
serviço de conexão à internet destinado ao Unidade Básica de Saúde Dr. Sebastião Alves Saraiva	100 Mbps – Full
serviço de conexão à internet destinado ao SIC	100 Mbps – Full
serviço de conexão à internet destinado ao Servidor da Administração	200 Mbps – Full
serviço de conexão à internet destinado a Prefeitura Municipal (aberto ao público),	100 Mbps – Full
serviço de conexão à internet destinado a Delegacia de Polícia Militar	100 Mbps – Full
serviço de conexão à internet destinado ao posto avançado do tribunal de justiça – PATJ	200 Mbps – Full
serviço de conexão à internet destinado a Quadra Poliesportiva (o maritão).	200 Mbps – Full
serviço de conexão à internet destinado ao Palco da Praça de Eventos.	200 Mbps – Full



serviço de conexão à internet destinado a E.M.E.F P. Manoel Januário Araújo	200 Mbps – Full
---	-----------------

6.2. Essas estimativas foram baseadas em uma análise cuidadosa das atividades realizadas em cada setor e secretarias municipais no uso da rede, visando garantir que a infraestrutura de internet contratada seja capaz de fornecer o desempenho necessário para suportar as operações diárias de trabalho em todos os setores da administração municipal.

6.3. Portanto, ao considerar essas estimativas durante o processo de contratação dos serviços de internet, buscamos assegurar uma alocação eficiente dos recursos, garantindo que cada setor receba a conexão necessária para desempenhar suas funções de forma eficaz e sem interrupções.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

7.1. Com base nos requisitos definidos nestes Estudo Técnico Preliminar, foram realizados levantamentos para identificar quais soluções existentes no mercado atendem aos requisitos estabelecidos, de modo a alcançar os resultados pretendidos a atender à necessidade expostas, com os respectivos preços estimados, levando em consideração aspectos de economicidade, eficácia e padronização.

7.2. O serviço solicitado no Documento de Formalização de Demanda emitido pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento constitui a contratação dos serviços de conexão à internet, já licitados anteriormente por esta administração municipal através do **Processo Administrativo nº 037/2019 - Pregão Presencial nº 011/2019**, onde foram celebrados termos aditivos para a prorrogação deste contrato durante os exercícios financeiros de 2020, 2021, 2022 e 2023/2024, através dos Termos Aditivos nº 001/2020, 002/2021, 003/2022 e 003/2023.

7.3. Na contratação em tela não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem promover a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos itens serem considerados serviços comuns, estando em conformidade com o **Art. 2º, II, do Decreto Municipal nº 768/2023**.

7.4. Esta equipe de planejamento da contratação executa o levantamento de mercado junto a diferentes fontes possíveis, efetuando levantamento de contratações similares feitas por outros órgãos do poder público, consultas a sítios eletrônicos, consultas a publicações especializadas e pesquisa junto a fornecedores.

7.5. Mediante este levantamento, esta equipe de planejamento não encontrou outra solução que não fosse a **contratação dos serviços de conexão à internet** junto a empresa especializada na execução destes serviços, haja vista que constatamos que não há outra forma viável dentro de nosso município para suprir a demanda de internet em todos os setores e Secretarias Municipais. A falta de alternativas locais disponíveis nos leva a buscar soluções externas, e a contratação pretendida se apresenta como a opção factível.

8. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor estimado da aquisição foi embasado em contratações similares, que se encontra em plena execução. Segue o quadro de estimativa do valor da contratação:

Item	descrição	(Mbps)	Unid	Quant	V.Unit	V.Total
1	serviço de conexão à internet destinado a contabilidade	200 Mbps – Full	Mês	12	112,50	1.350,00
2	serviço de conexão à internet destinado a creche municipal	100 Mbps –	Mês	12	50,00	600,00



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ**SEC MUL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

Av Fundador Saraiva Leão, 192, Centro – CEP: 58.893-000 – CNPJ / MF nº 01.612.692/0001-91

Site: www.saojosedobrejodocruz.pb.gov.brE-mail: pmsaojosebc@bol.com.br**FL:** _____

		Full				
3	serviço de conexão à internet destinado a E.M.P.F.S.L	100 Mbps – Full	Mês	12	50,00	600,00
4	serviço de conexão à internet destinado a Sec. Obras e Infraestrutura	100 Mbps – Full	Mês	12	50,00	600,00
5	serviço de conexão à internet destinado a Sec. Administração e Planejamento	200 Mbps – Full	Mês	12	112,50	1.350,00
6	serviço de conexão à internet destinado a Sec. Agricultura e Meio Ambiente	100 Mbps – Full	Mês	12	50,00	600,00
7	serviço de conexão à internet destinado a Sec. Assistência Social	100 Mbps – Full	Mês	12	50,00	600,00
8	serviço de conexão à internet destinado a Sec. de Cultura, Esporte e Turismo.	100 Mbps – Full	Mês	12	50,00	600,00
9	serviço de conexão à internet destinado a Sec. Educação, com radio exclusivo.	100 Mbps – Full	Mês	12	50,00	600,00
10	serviço de conexão à internet destinado a Sec. Finanças, com radio exclusivo.	200 Mbps – Full	Mês	12	112,50	1.350,00
11	serviço de conexão à internet destinado a Sec. Saúde (centro de Saúde Dr. Juarez Saraiva Maia), com radio exclusivo.	100 Mbps – Full	Mês	12	50,00	600,00
12	serviço de conexão à internet destinado a Vigilância Sanitária.	100 Mbps – Full	Mês	12	50,00	600,00
13	serviço de conexão à internet destinado a ao Cadastro Único, radio exclusivo.	100 Mbps – Full	Mês	12	50,00	600,00
14	serviço de conexão à internet destinado ao Conselho Tutelar	100 Mbps – Full	Mês	12	50,00	600,00
15	serviço de conexão à internet destinado ao CRAS	100 Mbps – Full	Mês	12	50,00	600,00
16	serviço de conexão à internet destinado ao Gabinete da Prefeita	100 Mbps – Full	Mês	12	50,00	600,00
17	serviço de conexão à internet destinado ao SCFV	100 Mbps – Full	Mês	12	50,00	600,00



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ**SEC MUL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

Av Fundador Saraiva Leão, 192, Centro – CEP: 58.893-000 – CNPJ / MF nº 01.612.692/0001-91

Site: www.saojosedobrejodocruz.pb.gov.brE-mail: pmsaojosebc@bol.com.br**FL:** _____

18	serviço de conexão à internet destinado ao Setor de Licitação	200 Mbps – Full	Mês	12	112,50	1.350,00
19	serviço de conexão à internet destinado ao Teatro Municipal	100 Mbps – Full	Mês	12	50,00	600,00
20	serviço de conexão à internet destinado à Unidade Básica de Saúde Dr. Sebastião Alves Saraiva	100 Mbps – Full	Mês	12	50,00	600,00
21	serviço de conexão à internet destinado ao SIC	100 Mbps – Full	Mês	12	50,00	600,00
22	serviço de conexão à internet destinado ao Servidor da Administração	200 Mbps – Full	Mês	12	112,50	1.350,00
23	serviço de conexão à internet destinado a Prefeitura Municipal (aberto ao público),	100 Mbps – Full	Mês	12	50,00	600,00
24	serviço de conexão à internet destinado a Delegacia de Polícia Militar	100 Mbps – Full	Mês	12	50,00	600,00
25	serviço de conexão à internet destinado ao posto avançado do tribunal de justiça – PATJ	200 Mbps – Full	Mês	12	112,50	1.350,00
27	serviço de conexão à internet destinado a Quadra Poliesportiva (o maritão).	200 Mbps – Full	Mês	12	112,50	1.350,00
28	serviço de conexão à internet destinado ao Palco da Praça de Eventos.	200 Mbps – Full	Mês	12	112,50	1.350,00
29	serviço de conexão à internet destinado a E.M.E.F P. Manoel Januário Araújo	200 Mbps – Full	Mês	12	112,50	1.350,00
Total					23.550,00	

8.2. A estimativa total de recursos a serem executados com esta contratação se estima no valor de R\$ 23.550,00 (vinte e três mil quinhentos e cinquenta reais). No entanto, o valor de referência para a contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar deverá ser fixado por ocasião da Pesquisa de Mercado a ser realizada pela Pesquisadora oficial, onde a mesma anexará em seu relatório de pesquisa de preços os documentos que embasam sua estimativa, em conformidade com o Decreto Municipal nº 767, de 28 de dezembro de 2023, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito do Município de São José do Brejo do Cruz/PB.

8.3. Esta estimativa de preços foi elaborada utilizando como parâmetro o Contrato Nº 00094/2023-CPL celebrado entre a Prefeitura Municipal de Jericó/PB e ALSOL – PROVEDOR DE INTERNET LTDA, inscrito sob o CNPJ nº 01.612.692/0001-91. Este contrato foi celebrado através do Processo Administrativo nº 23041DV00009, Dispensa nº DV00009/2023,



Unidade Compradora nº 2507408 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ, sob a modalidade de Dispensa por Valor, amparado no Art. 75º, II, da Lei nº 14.133/21, ID da Contratação no PNCP nº 08931495000184-1-000002/2023.

8.4. O documento que embasam está estimativa encontra-se em anexo a este Estudo Técnico Preliminar – ETP.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1. A solução exposta neste Estudo Técnico Preliminar, objetiva a contratação de uma empresa especializada no fornecimento de internet para todos os setores da administração pública municipal. Foi levando em consideração o aumento gradativo da demanda desses setores por conexões de internet confiáveis e com ampla velocidade, a fim de suprir as demandas de todos os setores desta administração.

9.2. Da forma de aquisição

9.2.1. Deverá ser instaurado **Procedimento Licitatório** na modalidade **Pregão** em sua forma **Eletrônica**, objetivando a efetivação da contratação em tela. Haja vista que esta modalidade trará maior transparência para o processo de aquisição, além disso, permitirá que se tenha maior competitividade entre as empresas especializadas na execução deste tipo de serviço, permitindo que a administração municipal tenha acesso a propostas mais vantajosas e a uma internet de qualidade. Ademais, esta modalidade permitirá que a administração municipal obtenha a possibilidade de impor maior rigidez contratual com a eventual vencedora do processo.

9.3. No que tange a legalidade do instituto **Pregão** em sua modalidade **Eletrônica** com tem sua base **Art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/21** e **Decreto Municipal nº 775/2023**.

9.4. É crucial garantir que todos os aspectos da infraestrutura de internet sejam fornecidos de maneira integrada e coesa. Sendo assim, os itens deverão ser **adjudicados por lote** e não por item, objetivando assegurar uma implementação mais eficiente, evitando problemas de compatibilidade entre diferentes fornecedores e sistemas.

9.5. Para simplificar a gestão e a manutenção de rede, é vantajoso lidar com um único fornecedor para múltiplos itens. Isso reduz a complexidade administrativa, permitindo-nos concentrar nossos esforços em um único contrato e facilitando a comunicação, o monitoramento e a resolução de problemas.

9.6. Simplificar o processo de contratação e gestão de contratos reduz os custos administrativos associados. Ao lidar com menos contratos, economizamos tempo e recursos, permitindo uma utilização mais eficiente dos recursos da Administração Pública.

10. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

10.1. O parcelamento do objeto foi considerado **inviável**, haja vista que o objeto desta aquisição não poderá ser adjudicado a mais de uma empresa.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. Espera-se que a contratação em tela resulte em uma prestação de serviços de internet mais eficiente e confiável para todos os setores da Administração Municipal;

11.2. A expectativa é de que a infraestrutura de internet fornecida pela empresa contratada seja capaz de atender às necessidades de velocidade de conexão de cada setor, promovendo uma melhoria significativa na conectividade e na produtividade dos funcionários;

11.3. Ao promover a competitividade entre os licitantes por meio do Pregão Eletrônico, busca-se obter melhores condições comerciais para a contratação dos serviços de internet, o que pode resultar em uma redução de custos para a Administração Municipal;



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ

SEC MUL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Av Fundador Saraiva Leão, 192, Centro – CEP: 58.893-000 – CNPJ / MF nº 01.612.692/0001-91

Site: www.saojosedobrejodocruz.pb.gov.br

E-mail: pmsaojosebc@bol.com.br

FL: _____

11.4. A condução do processo de contratação por meio do Pregão Eletrônico garante a transparência e a legalidade na seleção dos fornecedores, assegurando que o interesse público seja preservado e que todas as etapas do processo sejam realizadas conforme a legalidade vigente;

11.5. Portanto, os resultados pretendidos a contratação dos serviços de fornecimento de internet por meio de Pregão em sua modalidade Eletrônica são a eficiência na prestação dos serviços, a melhoria da conectividade, a redução de custos, a transparência e legalidade no processo de contratação, bem como o atendimento às demandas da Administração Pública de São José do Brejo do Cruz/PB.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO ADMINISTRATIVO

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com o Termo de Referência, as cláusulas contratuais, e o termo de sua proposta;

12.2. Exercer a fiscalização administrativa por servidor especialmente designado através da **Portaria nº 056, de 05 de janeiro de 2024**, acompanhando, tanto aspectos administrativos contratuais, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a regularidade fiscal e trabalhista, verificando ocorrências (cumprimento das obrigações contratuais, obediência aos prazos estabelecidos, entrega dos documentos obrigatórios, elaboração e encaminhamento de relatório mensal das atividades, prestação dos serviços com a qualidade esperada, informação ou comunicação de situações a que estava obrigado). Ademais, deverá realizar notificações extrajudiciais, suspensão do contrato quando necessário. Outrossim, deverá elencar as necessidades de rescisão, alterações contratuais, percentual em relação ao valor do contrato, necessidade de reajuste, revisões, reparações e as providencias tempestivas nas hipóteses de inadimplência, em conformidade com o disposto no Art. 21º do **Decreto Municipal nº 769/2023**;

12.3. Exercer a fiscalização setorial/técnica por servidor especialmente designado através da **Portaria nº 056/2024**, em conformidade com o disposto no Art. 20º do **Decreto Municipal nº 769/2023**;

12.4. Exercer a gestão do contrato por servidor especialmente designado através da **Portaria nº 056/2024**, em conformidade com o disposto no Art. 19º do **Decreto Municipal nº 769/2023**;

12.5. Pagar à Contratada o valor resultante da execução do serviço, no prazo e condições estabelecidas em Termo de Referência;

12.6. Rejeitar execução do serviço de maneira equivocada ou em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência;

12.7. Impedir que terceiros executem o serviço objeto desta contratação, ressalvados os casos autorizados pela Prefeitura Municipal de São José do Brejo do Cruz/PB;

12.8. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

13.1. Esta equipe de planejamento não identificou nenhuma contratação correlata/interdependente a esta contratação.

14. IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. Esta equipe de planejamento não identificou nenhum possível impacto ambiental decorrente da contratação pretendida.

15. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1. Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, a contratação mostra ser VIÁVEL em termos de disponibilidade de mercado, não sendo possível observar óbices ao



ESTADO DA PARAÍBA

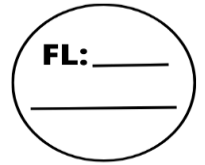
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ

SEC MUL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Av Fundador Saraiva Leão, 192, Centro – CEP: 58.893-000 – CNPJ / MF nº 01.612.692/0001-91

Site: www.saojosedobrejodocruz.pb.gov.br

E-mail: pmsaojosebc@bol.com.br



prosseguimento da presente contratação, tendo em vista a necessidade do objeto e o reconhecimento como elemento de grande importância para a Administração Municipal.

15.2.

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado pelo servidor José Hericles Saraiva da Silva - Coordenador de Apoio Administrativo.



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ
SEC. MUL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Av Fundador Saraiva Leão, 192, Centro – CEP: 58.893-000 – CNPJ / MF nº 01.612.692/0001-91

Site: www.saojosedobrejodocruz.pb.gov.br

E-mail: licitacao@saojosedobrejodocruz.pb.gov.br

FL: _____

ANEXO II DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE
ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE
SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ/ PB** E A
EMPRESA

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ/ PB, inscrito no CNPJ/ MF nº 01.612.692/0001-91, com sede na Av Fundador Saraiva Leão, 192, Centro, CEP: 58.893-000, neste ato representada pela Prefeita Municipal, Sr^a. Ana Maria da Silva Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de **serviços telecomunicações de acesso à internet banda larga**, nas condições estabelecidas no **Termo de Referência**.

1.2. Objeto da contratação:

Item	descrição	(Mbps)	Uni d	Quan t	V.uni t	V.Total
1	serviço de conexão à internet destinado a contabilidade	200 Mbps – Full	Mês	12		
2	serviço de conexão à internet destinado a creche municipal	100 Mbps – Full	Mês	12		
3	serviço de conexão à internet destinado a E.M.P.F.S.L	100 Mbps – Full	Mês	12		
4	serviço de conexão à internet destinado a Sec. Obras e Infraestrutura	100 Mbps – Full	Mês	12		
5	serviço de conexão à internet destinado a Sec. Administração e Planejamento	200 Mbps – Full	Mês	12		
6	serviço de conexão à internet destinado a Sec. Agricultura e Meio Ambiente	100 Mbps – Full	Mês	12		
7	serviço de conexão à internet destinado a Sec. Assistência Social	100 Mbps – Full	Mês	12		



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ

SEC. MUL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Av Fundador Saraiva Leão, 192, Centro – CEP: 58.893-000 – CNPJ / MF nº 01.612.692/0001-91

Site: www.saojosedobrejodocruz.pb.gov.br

E-mail: licitacao@saojosedobrejodocruz.pb.gov.br

FL: _____

8	serviço de conexão à internet destinado a Sec. de Cultura, Esporte e Turismo.	100 Mbps – Full	Mês	12		
9	serviço de conexão à internet destinado a Sec. Educação, com radio exclusivo.	100 Mbps – Full	Mês	12		
10	serviço de conexão à internet destinado a Sec. Finanças, com radio exclusivo.	200 Mbps – Full	Mês	12		
11	serviço de conexão à internet destinado a Sec. Saúde (centro de Saúde Dr. Juarez Saraiva Maia), com radio exclusivo.	100 Mbps – Full	Mês	12		
12	serviço de conexão à internet destinado a Vigilância Sanitária.	100 Mbps – Full	Mês	12		
13	serviço de conexão à internet destinado a ao Cadastro Único, radio exclusivo.	100 Mbps – Full	Mês	12		
14	serviço de conexão à internet destinado ao Conselho Tutelar	100 Mbps – Full	Mês	12		
15	serviço de conexão à internet destinado ao CRAS	100 Mbps – Full	Mês	12		
16	serviço de conexão à internet destinado ao Gabinete da Prefeita	100 Mbps – Full	Mês	12		
17	serviço de conexão à internet destinado ao SCFV	100 Mbps – Full	Mês	12		
18	serviço de conexão à internet destinado ao Setor de Licitação	200 Mbps – Full	Mês	12		
19	serviço de conexão à internet destinado ao Teatro Municipal	100 Mbps – Full	Mês	12		
20	serviço de conexão à internet destinado à Unidade Básica de Saúde Dr. Sebastião Alves Saraiva	100 Mbps – Full	Mês	12		
21	serviço de conexão à internet destinado ao SIC	100 Mbps – Full	Mês	12		
22	serviço de conexão à internet destinado ao Servidor da Administração	200 Mbps – Full	Mês	12		



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ

SEC. MUL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Av Fundador Saraiva Leão, 192, Centro – CEP: 58.893-000 – CNPJ / MF nº 01.612.692/0001-91

Site: www.saojosedobrejodocruz.pb.gov.br

E-mail: licitacao@saojosedobrejodocruz.pb.gov.br

FL: _____

23	serviço de conexão à internet destinado a Prefeitura Municipal (aberto ao público),	100 Mbps – Full	Mês	12		
24	serviço de conexão à internet destinado a Delegacia de Polícia Militar	100 Mbps – Full	Mês	12		
25	serviço de conexão à internet destinado ao posto avançado do tribunal de justiça – PATJ	200 Mbps – Full	Mês	12		
26	serviço de conexão à internet destinado a Quadra Poliesportiva (o maritão).	200 Mbps – Full	Mês	12		
27	serviço de conexão à internet destinado ao Palco da Praça de Eventos.	200 Mbps – Full	Mês	12		
28	serviço de conexão à internet destinado a E.M.E.F P. Manoel Januário Araújo	200 Mbps – Full	Mês	12		
29	Serviço de conexão à internet destinados ao monitoramento de segurança por câmeras em vias públicas – Av. Fundador Saraiva Leão	100 Mbps – Full	Mês	12		
30	Serviço de conexão à internet destinados ao monitoramento de segurança por câmeras em vias públicas – Rua Felismina Dantas Sariva	100 Mbps – Full	Mês	12		
31	Serviço de conexão à internet destinados ao monitoramento de segurança por câmeras em vias públicas – Rua Francisca Dantas Saraiva	100 Mbps – Full	Mês	12		
32	Serviço de conexão à internet destinados ao monitoramento de segurança por câmeras em vias públicas – Rua Sabino Benício Saraiva Leão	100 Mbps – Full	Mês	12		
					Total	

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.



2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) da data de sua subscrição, prorrogável para até 10 anos, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

2.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.1.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.1.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.2. A fiscalização e Gestão deste Contrato serão executas pelos seguintes servidores:

2.2.1 _____ - Fiscal Administrativo;

2.2.2 _____ - Fiscal Setorial/ Técnico;

2.2.3 _____ – Gestor de Contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **11 de abril de 2024**.



7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da **Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022**.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante, **além das previstas no art. 17, I, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022**:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11. A Administração terá o prazo de **um (01) Mês** a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.



- 8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **um (01) Mês**.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, **além das exigidas no art. 17, II, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022:**
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.9. A contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por



todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

9.25. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

9.25.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes



à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;



- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) **Multa**:

- 1. Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de trinta (30) dias;
- 2. Moratória de 0,05% zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - i. O atraso superior a trinta (30) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
- 4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
- 5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 20% a 30% do valor do Contrato.
- 6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 11% a 19% do valor do Contrato.
- 7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).



- 12.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de trinta (30) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 12.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 12.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 12.3. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo **Município de São José do Brejo do Cruz/ PB** decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o **Município de São José do Brejo do Cruz/ PB**, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no **Orçamento Geral do Município de São José do Brejo do Cruz/ PB - 2024**, na dotação abaixo discriminada:

I - Gestão/Unidade:

04 – Administração; 20 – Agricultura; 12 – Educação; 15 – Urbanismo; 13 – Cultura; 10 – Saúde; 08 – Assistência Social;

III - Fonte de Recursos:

1.500.0000/001.001 1.500; 1.720.0000/001.720 1.720; 1.500.1001/220.101 1.500;
1.573.1001/001.573 1.573; 1.540.0000/262.540 1.540; 1.541.0000/262.541 1.541;
1.543.0000/262.543 1.543; 1.569.0000/200.569 1.569; 1.500.1001/210.101 1.500.1001;



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ
SEC. MUL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Av Fundador Saraiva Leão, 192, Centro – CEP: 58.893-000 – CNPJ / MF nº 01.612.692/0001-91

Site: www.saojosedobrejodocruz.pb.gov.br

E-mail: licitacao@saojosedobrejodocruz.pb.gov.br

FL: _____

1.542.0000/262.542 1.542; 1.500.1002/300.500 1.500.1002; 1.635.1002/001.635 1.635;
1.500.1002/340.211 1.500.1002; 1.600.0000/300.600 1.600; 1.600.3110/300.600 1.600.3110;
1.604.0000/300.604 1.604; 1.500.1002/300.500 1.500; 1.500.1002/300.211 1.500.1002;
1.500.0000/400.001 1.500; 1.660.0000/400.660 1.660; 1.661.0000/400.661 1.661;
1.665.3110/410.665 1.665.3110;

III - Programa de Trabalho:

0002; 0043; 0003; 0005; 0006; 0007; 0008; 0024; 0030; 0031; 0015; 0051; 0048; 0018; 0020;

IV - Elemento de Despesa:

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA;

V - Plano Interno:

2003 – MANUT E EQUIPAMENTO DO GAB. DO PREFEITO;
2179 – MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO;
2005 – MANUT. DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO;
2007 – MANUT. SEC. MUNIC. DE PLAN. FINANÇAS;
2009 – MANUT. DA SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE;
2013 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;
2015 – MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 30;
2185 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL;
2023 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL;
2027 – MANUTENÇÃO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 30;
2138 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO DA EDUCAÇÃO INFANTIL;
2058 – MANUT. ATIVID. SEC.MUN.OBRAS E INFRA-ESTRUTURA;
2074 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESP;
2094 – MANUT. DA SEC.DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS;
2104 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;
2011 – MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE PARA;
2036 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE – UBS;
2040 – INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE A;
2109 – MANUTENÇÃO DO PACS - AGENTES COM. SAUDE;
2183 – MANUTENÇÃO DA SAUDE DA FAMILIA - PSF E EQUIPE E-UM;
2184 – MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAUDE;
2148 – VIGILANCIA SANITÁRIA;
2038 – PREV. E COMB.A DOENÇAS EPIDEMIOLÓGICAS;
2008 – MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE PARA ENFR;
2044 – MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL;
2047 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR;
2096 – MANUT. DO INDICE DE GESTAO DESCENTRALIZADA DO SUAS;
2020 – COFINANCIAMENTO ESTADUAL PARA PROTECAO SOCIAL BASI;
2033 – ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DO SISTEMA ÚNICO;
2081 – MANUTENÇÃO DO CRAS;
2117 – MANUTENÇÃO DO INDICE DE GESTAO DESCENTRALIZADA – P;
2143 – MANUT. DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO.

VI - Nota de Empenho: _____

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ
SEC. MUL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Av Fundador Saraiva Leão, 192, Centro – CEP: 58.893-000 – CNPJ / MF nº 01.612.692/0001-91

Site: www.saojosedobrejodocruz.pb.gov.br

E-mail: licitacao@saojosedobrejodocruz.pb.gov.br

FL: _____

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o **Foro da Comarca de Catolé do Rocha/ PB** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

São José do Brejo do Cruz/ PB, a data de assinatura do presente Instrumento será a data da última assinatura digital do último representante das Partes que o assinar.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 _____
CPF nº _____

2 _____
CPF nº _____